



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XII/ 4.ª SL

Aos 11 dias do mês de junho de 2015, pelas 17:25 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 263/XII, relativa à reunião de 03 de junho de 2015
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para audição do Inspetor-Geral da ASAE e do Presidente da Associação Sindical dos Funcionários da ASAE
3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do Secretário de Estado Adjunto e da Economia, do Inspetor-Geral da ASAE e do Presidente da Associação Sindical dos Funcionários da ASAE
4. Apreciação e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 419/XII/2.ª (PS) – Aprova o Regime Jurídico do Financiamento Colaborativo
5. Apreciação das informações relativas à discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 1117/XII/4.ª (PS) – “Recomenda ao Governo a promoção da onda da Figueira da Foz, considerada no PENT como a onda (direita) mais comprida do continente europeu” e n.º 1260/XII/4.ª (PS) – “Recomenda ao Governo urgente requalificação da ligação viária IC2 (Arrifana/Escapães) - Nó A1 (Santa Maria da Feira)”
6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1021/XII/3.ª (PCP) – “Sobre o sector da Assistência em Escala (Handling) no transporte aéreo”
7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1152/XII/4.ª (PS) – “Recomenda ao Governo que reveja os valores do subsídio a atribuir nas ligações entre a Região Autónoma da Madeira e o Continente”



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XII/ 4.^a SL

8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1405/XII/4.^a (PS) – “Recomenda ao Governo o desenvolvimento de um Programa de Intervenção do Turismo para as levadas da Ilha da Madeira”

9. Apreciação e votação do relatório final sobre as petições n.º 338/XII/3.^a – “Proposta de adoção de legislação que reduza o prazo máximo legal de fidelização (24 meses) e imponha critérios e limites aos encargos cobrados aos consumidores, de forma a garantir transparência e previsibilidade” e n.º 421/XII/3.^a – “Proposta de uma alteração ao artigo 48.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, de forma a salvaguardar os cidadãos portugueses relativamente a algumas condicionantes utilizadas nos períodos de fidelização impostos pelas empresas de comunicações eletrónicas”

– Relator: Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD)

10. Petição n.º 518/XII/4.^a – “Queremos a UBER em Portugal”

– Apreciação e votação da nota de admissibilidade

– Nomeação de Deputado autor do parecer (cabe ao PSD)

11. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 1158/XII/4.^a (PS) – “Recomenda ao Governo o acompanhamento dos projetos de modernização da PSA - Peugeot Citroen em Mangualde”

12. Nomeação de Deputado para elaboração de relatório na generalidade da Proposta de Lei n.º 341/XII/4.^a (GOV) - "Procede à primeira alteração à Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto, que procede à criação do fundo compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas previsto na Lei das Comunicações Eletrónicas, destinado ao financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal."

– Relator cabe ao PCP

13. Outros assuntos



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XII/ 4.ª SL

Na impossibilidade de presença do Senhor Presidente, presidiu à reunião o Senhor Vice-Presidente, Deputado Hélder Amaral (CDS-PP).

1. Apreciação e votação da ata n.º 263/XII, relativa à reunião de 03 de junho de 2015

Submetida a votação a ata n.º 263/XII/4.ª, relativa à reunião de 3 de junho de 2015, foi a mesma aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para audição do Inspetor-Geral da ASAE e do Presidente da Associação Sindical dos Funcionários da ASAE

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) apresentou, de forma sucinta, o requerimento, remetendo para os termos do mesmo, por considerar que era suficientemente esclarecedor. Tendo dado anuência a que se discutisse em conjunto com este o requerimento apresentado pelo PCP que consta do ponto seguinte da ordem do dia, pronunciou-se de imediato a favor do mesmo.

Usou então da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) para apresentar o requerimento, tendo frisado que a questão de fundo era a situação da ASAE e a interferência hierárquica que levava à transmissão da ordem de retirada aos inspetores que estavam a cumprir o planeamento de inspeções. Considerou que se estava perante matérias de grande sensibilidade, que não podiam compagnar-se com suspeições de interferências políticas hierárquicas no funcionamento deste organismo.

Intervieram a este propósito os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD), para afirmar que, não colocando em causa a justeza da apresentação destes requerimentos, já não era a primeira vez que se estava perante supostas suspeições da suposta criação de uma suposta lista VIP que protegeria algo ou alguém. Referiu também o facto de ter sido instaurado um inquérito, pelo que sugeria que as audições apenas fossem realizadas depois de serem conhecidas as conclusões desse inquérito; e Rui Barreto (CDS-PP), para concordar com a proposta apresentada pelo orador antecedente.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XII/ 4.ª SL

Tornou a intervir o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) para agradecer a abertura, por parte dos partidos da maioria, no sentido de se realizarem as audições propostas e afirmar que o conhecimento das conclusões do inquérito era útil para o trabalho e as audições mas o seu não conhecimento não deveria ser impeditivo da realização destas, pois, não se sabendo o prazo do inquérito, a Comissão poderia ficar numa indefinição total e, entretanto, terminava a Legislatura.

Por sua vez, o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) concordou com o orador anterior e sugeriu que se realizassem pelo menos as duas audições propostas no requerimento que apresentou.

Respondeu o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD), afirmando que tinha informação de que o prazo do inquérito era de 30 dias pelo que deveria estar terminado no início de julho, sendo assim possível realizar as audições no decurso desta sessão legislativa.

Concluiu o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) defendendo que, se o prazo do inquérito não fosse cumprido, se realizassem as audições nessa altura.

O Senhor Presidente colocou à votação os dois requerimentos, com o condicionalismo de as audições se realizarem apenas após a data expectável da conclusão do inquérito, independentemente de este estar terminado ou não, tendo ambos os requerimentos sido aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do Secretário de Estado Adjunto e da Economia, do Inspetor-Geral da ASAE e do Presidente da Associação Sindical dos Funcionários da ASAE

Este ponto da ordem do dia foi discutido em conjunto com o ponto 2.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XII/ 4.ª SL

4. Apreciação e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 419/XII/2.ª (PS) – Aprova o Regime Jurídico do Financiamento Colaborativo

Por solicitação do Grupo Parlamentar do PS, este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião da Comissão prevista para 24 de junho de 2015.

5. Apreciação das informações relativas à discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 1117/XII/4.ª (PS) – “Recomenda ao Governo a promoção da onda da Figueira da Foz, considerada no PENT como a onda (direita) mais comprida do continente europeu” e n.º 1260/XII/4.ª (PS) – “Recomenda ao Governo urgente requalificação da ligação viária IC2 (Arrifana/Escapães) - Nó A1 (Santa Maria da Feira)”

Em relação ao projeto de resolução n.º 1117/XII/4.ª (PS), o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) informou que o seu grupo parlamentar tinha dado acordo à alteração proposta na exposição de motivos desta iniciativa e iria apresentar uma nova versão da mesma, contemplando essa alteração, tendo dado acordo ao restante que constava da informação.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou uma alteração na informação relativa à discussão do projeto de resolução n.º 1260/XII/4.ª (PS).

Não se registando outras sugestões de alteração em relação a ambas as informações, o Senhor Presidente informou que as mesmas seriam remetidas à Senhora Presidente da Assembleia da República, para que os projetos de resolução pudessem ser submetidos a votação no Plenário.

6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1021/XII/3.ª (PCP) – “Sobre o sector da Assistência em Escala (Handling) no transporte aéreo”

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou o adiamento deste ponto da ordem do dia para a reunião ordinária seguinte.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XII/ 4.ª SL

7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1152/XII/4.ª (PS) – “Recomenda ao Governo que reveja os valores do subsídio a atribuir nas ligações entre a Região Autónoma da Madeira e o Continente”

Usou da palavra o Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS), para apresentar o projeto de resolução em causa, tendo feito referência às alterações legislativas aos subsídios aos passageiros residentes na Região Autónoma da Madeira (RAM) para o transporte aéreo entre a Madeira e o Continente. Lembrou o aumento dos preços em alturas de picos mais elevados de procura, tornando os preços exorbitantes para os cidadãos da Madeira, em particular os estudantes e os doentes. Pretende que se reveja o Decreto-Lei n.º 66/2008, de modo a ajustar estes preços. Lembrou que há algum tempo o Governo da República celebrou um acordo com a Região Autónoma dos Açores (RAA) para ajustar os preços praticados e considerou que era um trabalho que urgia fazer-se também em relação à RAM, para que os cidadãos que vivem nessa região não sejam prejudicados.

Nesta altura, o Senhor Presidente lembrou que tinha sido enviado à Comissão e distribuído o relatório da petição n.º 282/XII/2.ª, com assunto conexo com o deste projeto de resolução, pelo que, se não se verifica-se qualquer objeção, o mesmo seria apreciado neste ponto da ordem do dia. Não se tendo verificado objeção, deu de imediato a palavra ao Senhor Deputado Francisco Freitas Gomes, relator da petição, para apresentar o respetivo relatório.

O Senhor Deputado Francisco Freitas Gomes (PSD) apresentou o relatório da petição n.º 282/XII/2.ª, tendo frisado que tanto esta como o projeto de resolução em apreço abordavam a questão fundamental das acessibilidades dos madeirenses. Realçou, no decurso da sua apresentação, o preço das viagens tendo em conta os quilómetros percorridos, sendo a deslocação entre o Continente e a Madeira a mais cara das rotas operadas pela TAP. Referiu, em especial, as implicações destas tarifas na população estudantil da Madeira que, para além dos custos inerentes ao ensino, têm também de suportar os custos das viagens, que muitas vezes ultrapassam o valor do salário mínimo nacional. Fez também referência à visita recente do Primeiro-Ministro à Região



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XII/ 4.ª SL

Autónoma da Madeira e a evolução que se verificou nesta matéria. Finalmente, pronunciou-se sobre o projeto de resolução, defendendo que, sendo pertinente, o mesmo deveria ser repensado, e que se aguardasse a alteração ao Decreto-Lei n.º 68/2008 que decorrerá da evolução que se verificou nos últimos dias e, se necessário, se solicitasse depois a sua apreciação parlamentar.

Usou da palavra o Senhor Deputado Rui Barreto (CDS-PP), para considerar que em boa hora esta questão estava a ser revista, tendo em conta a recente visita do Primeiro-Ministro à RAM, e lembrar os compromissos assumidos de que o preço das viagens se iria ficar em 86€ para os habitantes da Madeira em geral e em 66€ para os estudantes em particular.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) lembrou que o modelo adotado pelo Decreto-Lei n.º 66/2008 apresentava problemas e apesar de todas as tentativas de aperfeiçoamento os residentes da RAM continuavam a confrontar-se com preços muito elevados. Afirmou que se tinha revelado também um erro grave aplicar um modelo de indemnizações compensatórias sem correspondência às exigências de cumprimento das obrigações objetivas de serviço público. Alertou para o risco de, com a liberalização do transporte aéreo, se ter a coesão do território nas mãos de algumas companhias aéreas, nomeadamente de *low cost*. Referiu ainda o PCP entendia que no projeto de resolução não estava devidamente considerado o aprofundamento de tudo quanto decorria da aplicação do princípio da coesão territorial e que, embora o regime existente para a RAA fosse aparentemente mais vantajoso, isso não queria dizer que fosse o mais justo se aplicado à RAM. Concluiu afirmando que o PCP se manifestou contra o modelo adotado, mas não deixa de ter em conta a questão concreta de uma carga de encargos financeiros menos gravosa nas viagens entre a RAA e o Continente.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS) para referir a evolução registada nos últimos dias nesta questão e afirmar que se tratava de uma promessa do Governo, pelo que o projeto de resolução continuava a fazer todo o sentido, podendo servir como posição da Assembleia da República para que o Governo assumisse urgentemente o compromisso de tentar resolver este problema.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XII/ 4.ª SL

Terminada a discussão do projeto de resolução, o Senhor Presidente submeteu á votação o relatório final da petição n.º 282/XII/2.ª, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1405/XII/4.ª (PS) – “Recomenda ao Governo o desenvolvimento de um Programa de Intervenção do Turismo para as levadas da Ilha da Madeira”

O Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS) apresentou o projeto de resolução, relevando a importância histórica e patrimonial das levadas da Madeira, classificadas pelas instâncias nacionais e internacionais como património de elevada relevância para a humanidade, existindo a pretensão de que venha a ser classificado como Património Mundial da Humanidade. Realçou a importância das levadas para o turismo da Região e deu conta detalhada da parte resolutiva do projeto de resolução.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Francisco Freitas Gomes (PSD), Bruno Dias (PCP) e Rui Barreto (CDS-PP).

Pelo Senhor Deputado Francisco Freitas Gomes (PSD) foi afirmado que o turismo era a principal atividade económica da região e o turismo da natureza era uma indústria em crescimento, sendo que Portugal tem uma riqueza geológica e uma biodiversidade que o equipam com os fatores decisivos para ser competitivo nesta área. Considerou positiva a iniciativa do PS mas defendeu que avaliar de uma necessidade de um programa de intervenção e a definição de trâmites desse programa era competência dos órgãos de governo próprios da região autónoma, pelo que, por deferência a estas instituições, dever-se-ia enviar o projeto de resolução à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira para parecer e agendar uma audição com os membros competentes do Governo Regional.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) afirmou acompanhar a valorização geral da promoção das levadas da Madeira e o seu valor incomparável do ponto de vista do património ambiental. Defendeu a necessidade de boa articulação entre as



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XII/ 4.ª SL

instituições, com respeito pela autonomia e o papel dos órgãos de governo próprio da RAM, mas entendeu não haver no projeto de resolução matéria de intromissão na autonomia, porque o que se recomendava era que o Governo se disponibilizasse para colaborar e articular a atuação com aqueles órgãos, sendo a responsabilidade principal do Governo Regional. Realçou ainda a questão da segurança das levadas e a complexa teia de entidades que tem responsabilidades de gestão nesta matéria. Finalmente questionou o autor sobre o ponto 3 do projeto de resolução, tendo em atenção as classificações já concedidas e aquela que se pretende obter em sede da UNESCO.

Pelo Senhor Deputado Rui Barreto (CDS-PP) foi defendido que todos se deviam mobilizar para preservar este património. Referiu a candidatura preparada no passado, que não chegou a dar entrada por se ter priorizado a candidatura da Laurissilva, e defendeu que deveria ser retomada urgentemente pelos órgãos regionais. Concluiu afirmando que esta iniciativa tinha sido ultrapassada pela aprovação recente de outro projeto de resolução sobre esta matéria.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Francisco Freitas Gomes (PSD) para sugerir uma alteração ao projeto de resolução, substituindo a expressão “intervenção” por “valorização”.

Pelo Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS) foi afirmado que não havia um conflito de interesses entre a Assembleia da República e o Governo Regional e que apenas se recomendava uma articulação entre o Governo da República e o Governo Regional, tendo em atenção que o que se fazia em relação às levadas da Madeira era importante para o país. Afirmou ainda aceitar a proposta de alteração apresentada pelo PSD. Finalmente, respondeu ao Deputado Bruno Dias, referindo que o que se pretendia era a definição de um quadro jurídico de proteção das levadas que fossem classificadas.

9. Apreciação e votação do relatório final sobre as petições n.º 338/XII/3.ª
– “Proposta de adoção de legislação que reduza o prazo máximo legal de fidelização (24 meses) e imponha critérios e limites aos encargos



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XII/ 4.ª SL

cobrados aos consumidores, de forma a garantir transparência e previsibilidade” e n.º 421/XII/3.ª – “Proposta de uma alteração ao artigo 48.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, de forma a salvaguardar os cidadãos portugueses relativamente a algumas condicionantes utilizadas nos períodos de fidelização impostos pelas empresas de comunicações eletrónicas”

– Relator: Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD)

De seguida, o Senhor Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) apresentou, de forma circunstanciada, o relatório final sobre as petições n.º 338/XII/3.ª e 421/XII/3.ª, tendo realçado os pedidos de informação feitos e as respostas obtidas, bem como as audições realizadas.

Usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para realçar que a diretiva europeia fixava um teto máximo aos períodos de fidelização mas não obrigava à sua existência, pelo que o país não estava impedido de decidir que não havia prazos de fidelização. Concluiu questionando qual a fonte das citações que constavam das conclusões e parecer.

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) saudou o relator e referiu que o mercado das telecomunicações era cada vez mais limitado em termos de concorrência, existindo apenas três operadores. Quanto às questões analisadas, expressou concordância com a questão fundamental, que tem a ver com o reforço dos direitos dos consumidores e realçou o facto de a maioria das queixas apresentadas nesta área terem a ver com a questão do período de fidelização.

Finalmente, o relator lembrou que os países que optaram por tetos inferiores ao máximo permitido pela diretiva tinham mensalidades com valores mais elevados, que a questão fundamental era a falta de transparência que existia sobre as opções alternativas e que iria fazer uma alteração nas conclusões nesse sentido.

Submetido o relatório a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XII/ 4.ª SL

10. Petição n.º 518/XII/4.ª – “Queremos a UBER em Portugal”

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade**
- Nomeação de Deputado autor do parecer (cabe ao PSD)**

O Senhor Presidente submeteu a apreciação a nota de admissibilidade desta petição, tendo alertado para o facto de se colocarem duas alternativas em termos de admissão.

Os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD), Rui Paulo Figueiredo (PS) e Rui Barreto (CDS-PP) pronunciaram-se no sentido de se admitir a petição e nomear relator, considerando suprida a deficiência do não endereçamento da petição à Senhora Presidente da Assembleia da República pelo ofício que à mesma era dirigido solicitando a sua discussão em Plenário, argumentando também que não se deveria passar a ideia de que a Assembleia da República se estava a refugiar num formalismo para não discutir a matéria.

Pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) foi defendido que a petição não deveria ser admitida de imediato e se deveria solicitar aos peticionários que suprissem a deficiência de que a mesma enfermava, uma vez que a petição pública estava dirigida aos Grupos Parlamentares e ao Secretário de Estado e não à Senhora Presidente da Assembleia da República. Alertou ainda para a dualidade de critérios agora defendida pelos outros grupos parlamentares, que indeferiram liminarmente uma petição com mais de 6000 assinaturas em abril e agora pretendem admitir uma petição que não cumpre todos os requisitos da lei.

Submetida a nota de admissibilidade, foi a mesma aprovada, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Foi nomeado relator o Senhor Deputado Bruno Inácio (PSD).

11. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 1158/XII/4.ª (PS) – “Recomenda ao Governo o acompanhamento dos projetos de modernização da PSA - Peugeot Citroen em Mangualde”



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XII/ 4.ª SL

Nada havendo a registar, foi fixada a redação final nos termos regimentais, sem votos contra.

12. Nomeação de Deputado para elaboração de relatório na generalidade da Proposta de Lei n.º 341/XII/4.ª (GOV) - "Procede à primeira alteração à Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto, que procede à criação do fundo compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas previsto na Lei das Comunicações Eletrónicas, destinado ao financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal."

– Relator cabe ao PCP

Foi nomeado relator o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP).

13. Outros assuntos

O Senhor Presidente deu conta do facto de se ter solicitado novo reagendamento da audição do Ministro da Economia, em virtude da marcação das jornadas parlamentares do PSD e CDS-PP para os dias 6 e 7 de julho.

Informou ainda que tinha dado entrada nesse mesmo dia um requerimento apresentado pelo PS para audição do Ministro da Economia sobre a privatização da TAP e questionou se havia consenso para a sua discussão imediata. Tendo o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) solicitado que o mesmo foi incluído na ordem do dia da reunião ordinária seguinte, o Senhor Presidente informou que assim se faria.

A reunião foi encerrada às 20:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de junho de 2015.

O VICE-PRESIDENTE

(HÉLDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Altino Bessa
Bruno Dias
Carina Oliveira
Eduardo Teixeira
Helder Amaral
Hortense Martins
Luís Leite Ramos
Nuno Filipe Matias
Odete Silva
Paulo Ribeiro de Campos
Rui Paulo Figueiredo
Valter Ribeiro
Bruno Inácio
Gabriel Côrte-Real Goucha
Jacinto Serrão
João Paulo Correia
Mário Magalhães
Paulo Cavaleiro
Ricardo Baptista Leite

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino
Heloísa Apolónia
Luís Vales
Mariana Mortágua
Nuno Serra
Pedro Nuno Santos
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Serrasqueiro
Nuno Encarnação